



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

RELATÓRIO SEMESTRAL

ANO JUDICIAL 2019 – 1.º SEMESTRE

Generalidades:

Pelo Despacho n.º 5/2019, de 03/07/2019, Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República revogou a Ordem de Serviço n.º 3/2015, de 26 de Março de 2015 e, tendo em conta as alterações operadas à Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário, doravante LOSJ) pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro, na sequência das quais passou a prever-se a elaboração de relatório semestral sobre o estado dos serviços e qualidade da resposta, por parte do Magistrado do Ministério Público Coordenador (art. 101.º, n.º 1, alínea b) da LOSJ), determinou a elaboração de tal relatório semestral em termos que permitam responder às suas finalidades, em prazo compatível com o prazo de articulação, definição apresentação e homologação dos objectivos processuais a que se refere o n.º 2 do art. 91.º da LOSJ.

Determinou ainda que se cumpram os procedimentos estabelecidos pelo art. 108.º, n.º 2, alínea a) da LOSJ, ou seja, a sua remessa ao Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura e Ministério da Justiça.

Incumbiu os Exmos. Senhores Procuradores-Gerais Distritais de comunicar aos Senhores Magistrados do Ministério Público Coordenadores das Comarcas da respectiva área territorial o referido Despacho.

Pelo Despacho n.º 38/2019, de 15 de Julho de 2019, a Exma. Senhora Procuradora-Geral Distrital do Porto fixou a data de 20 de Setembro de 2019 como termo do prazo de envio de tal relatório à Procuradoria-Geral Distrital do Porto.

Em nenhum dos citados instrumentos hierárquicos foi estabelecido um modelo de relatório semestral, nem foi indicado se tal relatório seria acompanhado de mapas estatísticos.

Assim, este relatório que, nos termos do Despacho n.º 5/19, de 03/07/2019 de Sua Excelência a Conselheira Procuradora-Geral da República, tem finalidades primordialmente internas, da Procuradoria da República da Comarca, é elaborado de forma sucinta, sem mapas estatísticos anexos, procurando com ele cumprir-se o objectivo para que foi previsto na lei, ou seja, partindo dos objectivos fixados para o ano judicial, dar uma panorâmica sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta no final do primeiro semestre.

A Nova Organização Judiciária aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário, doravante LOSJ) previu a divisão do território nacional em 23 comarcas, correspondendo a cada uma delas um Tribunal Judicial de Primeira Instância com o nome da respectiva comarca – art. 33.º da LOSJ.

A Comarca de Vila Real integra-se, juntamente com as Comarcas de Bragança, Braga e Viana do Castelo, na área de competência do Tribunal da Relação de Guimarães – art. 32.º e Anexo I, da LOSJ.

Após a alteração à LOSJ, operada pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro (arts. 5.º, 7.º e 8.º e Anexo I), que entraram em vigor no



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

dia 1 de Janeiro de 2017, o **Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real** passou a integrar os seguintes Juízos:

Juízos de Competência Especializada:

1. Juízo Central Cível de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
2. Juízo Central Criminal de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
3. Juízo de Família e Menores de Vila Real (área de competência correspondente aos municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real);
4. Juízo do Trabalho de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
5. Juízo de Execução de Chaves (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
6. Juízo Local Cível de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
7. Juízo Local Criminal de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
8. Juízo Local Cível de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
9. Juízo Local Criminal de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves).

Juízos de Competência Genérica:

1. Juízo de Competência Genérica de Alijó (área de competência do município de Alijó);
2. Juízo de Competência Genérica de Montalegre (área de competência do município de Montalegre);
3. Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);
4. Juízo de Competência Genérica de Valpaços (área de competência do município de Valpaços);
5. Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (área de competência dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar);

Juízos de proximidade:

1. Juízo de Proximidade de Boticas (área de competência do município de Boticas)
2. Juízo de Proximidade de Mesão Frio (área de competência do município de Mesão Frio)
3. Juízo de Proximidade de Mondim de Basto (área de competência do município de Mondim de Basto)
4. Juízo de Proximidade de Murça (área de competência do município de Murça)
5. Juízo de Proximidade de Sabrosa (área de competência do município de Sabrosa)

Durante o 1.º Semestre de 2019, a LOSJ foi novamente alterada pela Lei n.º 19/2019, de 19 de Fevereiro. O mesmo sucedeu com o Regime Aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (**ROFTJ**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de Dezembro, e pela Lei n.º 19/2019, de 19 de Fevereiro) também alterado pelo Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18 de Março (arts. 5.º, 7.º e 8.º e Anexo I) que extinguiu o Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua e criou o Juízo Local Criminal de Peso da Régua e o Juízo Local Cível de Peso da Régua – arts. 36.º e 37.º, alíneas b) e c), criando ainda o Juízo do Comércio de Vila Real, com um Juiz, e passando a prever um quadro de 2 Juízes para o Juízo Local Criminal de Vila Real, por via da alteração do Mapa III do ROFTJ, que foi republicado – arts. 37.º, alíneas a) e 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18-03.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Tais alterações entraram em vigor no dia 23 de Abril de 2019, data a partir da qual o **Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real** passou a integrar os seguintes Juízos:

Juízos de Competência Especializada:

1. Juízo Central Cível de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
2. Juízo Central Criminal de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
3. Juízo de Família e Menores de Vila Real (área de competência correspondente aos municípios de Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real);
4. Juízo do Trabalho de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
5. Juízo de Comércio de Vila Real (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
6. Juízo de Execução de Chaves (área de competência de toda a comarca de Vila Real);
7. Juízo Local Cível de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real);
8. Juízo Local Criminal de Vila Real (área de competência dos municípios de Mondim de Basto, Murça, Sabrosa, e Vila Real, agora com um quadro de 2 Juízes);
9. Juízo Local Cível de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
10. Juízo Local Criminal de Chaves (área de competência dos municípios de Boticas e Chaves);
11. Juízo Local Cível de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);
12. Juízo Local Criminal de Peso da Régua (área de competência dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);

Juízos de Competência Genérica:

1. Juízo de Competência Genérica de Alijó (área de competência do município de Alijó);
2. Juízo de Competência Genérica de Montalegre (área de competência do município de Montalegre);
3. Juízo de Competência Genérica de Valpaços (área de competência do município de Valpaços);
4. Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar (área de competência dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar);

Juízos de proximidade:

1. Juízo de Proximidade de Boticas (área de competência do município de Boticas)
2. Juízo de Proximidade de Mesão Frio (área de competência do município de Mesão Frio)
3. Juízo de Proximidade de Mondim de Basto (área de competência do município de Mondim de Basto)
4. Juízo de Proximidade de Murça (área de competência do município de Murça)
5. Juízo de Proximidade de Sabrosa (área de competência do município de Sabrosa)

A **Comarca de Vila Real** ocupa um enorme território (os seus extremos, Montalegre/Alijó ou Montalegre/Régua, distam cerca de 140km um do outro), abrangendo os municípios de **Alijó** (11.933 habitantes), **Boticas** (5.747 habitantes), **Chaves** (41.444 habitantes), **Mesão Frio** (4.423 habitantes), **Mondim de Basto** (7.496 habitantes), **Montalegre** (10.594 habitantes), **Murça** (5.954 habitantes), **Peso da Régua** (17.097 habitantes), **Santa Marta de Penaguião** (7.324 habitantes), **Sabrosa** (6.367 habitantes), **Ribeira de Pena** (6.543 habitantes), **Valpaços** 16.876 habitantes), **Vila Pouca de Aguiar** (13.167 habitantes) e **Vila Real** (52.219 habitantes), num total de **207.184 habitantes** (censos de 2011).

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



A – Objectivos estabelecidos para o ano judicial de 2019:

No relatório anual de 2018 foram propostos os seguintes objectivos processuais:

IV. – Proposta fundamentada de objectivos para o ano seguinte:

No presente ano judicial, tendo em conta a colocação mínima de magistrados, apenas será possível manter os níveis de resposta do ano anterior, desde que não haja circunstâncias que levem a que o número de Magistrados do Ministério Público efectivamente em funções diminua.

Os objectivos da comarca, inserem-se, ainda, nos objectivos da PGR (objectivos para o triénio 2019-2021 e anuais para o ano judicial 2019) e da PGDP (Acta de reunião de 15.02.2019).

Pretende-se manter o nível de resposta do ano judicial anterior, nas várias jurisdições, melhorá-la na jurisdição do trabalho e família e menores, na área dos julgamentos criminais, e melhorar em geral a qualidade do trabalho prestado pelo MP, em todos os processos e em todas as fases do processo. Para o efeito foram já alertados os magistrados da comarca e tal objectivo consensualizado em reunião realizada para o efeito.

Particular atenção deverá ser dada à qualidade da intervenção do MP em julgamento, face visível para a comunidade, e, por isso, também em reunião, foram alertados os magistrados para a melhoria da qualidade das acusações, discutindo com o Procurador da República colocado no juízo central criminal os aspectos menos bons e que podem comprometer o êxito das acusações.

Continuamos a ter em conta que a morosidade da justiça é a falta mais apontada pela comunidade. Por isso, vamos continuar a dar prioridade no despacho aos processos pendentes há mais de oito meses, trazendo a percentagem destes processos para valor inferior a 25% dos pendentes, para além do que vem sendo feito já, como a promoção da aplicação dos institutos de simplificação processual.

Vai ser dada mais atenção e tentar requerer a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais.

O aumento do número de processos administrativos, com vista à recolha de elementos para propositura de acções de interdição e inabilitação foi reduzido entrando no ano de 2018 num ritmo normal.

Vai, ainda, ser dada particular atenção à área de família, crianças e jovens com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e melhorar a interlocução com as CPCJ's da comarca.

Na jurisdição do Trabalho, com a colocação de um magistrado do quadro complementar, é possível melhorar, fixando-se como principais objectivos, sobretudo reduzir o prazo de conclusão dos processos de acidente de trabalho na fase conciliatória e aumentar o número de acções emergentes de contrato de trabalho propostas pelo Ministério Público em patrocínio dos trabalhadores.

Fez-se uso da “ficha *objectivos processuais/acções a desenvolver*” anexa aos objectivos para o triénio judicial 2015-2018, como no ano anterior, para enunciar os objectivos e acções a desenvolver.

FICHA OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

Órgão: Procuradoria da República da Comarca de Vila Real

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
	ÁREAS PRIORITÁRIAS
A.i. Corrupção e criminalidade económico-financeira	<ul style="list-style-type: none">- concluir, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito.- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.
A.ii. Cibercrime e prova digital	<ul style="list-style-type: none">- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito, designadamente em termos de celeridade na recolha



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

	<p>inicial de prova digital;</p> <ul style="list-style-type: none">- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.- efectuar, pelo menos, uma acção de formação com o Gabinete do Cibercrime.
A.iii. Violência de Género	<ul style="list-style-type: none">- concluir um número de processos igual ao número de processos entrados.- tentar findar até 31.12.2019, os processos registados até 31.08.2018. (com excepção dos processos suspensos provisoriamente)- manter a especialização nas procuradorias dos juízos locais criminais de Vila Real e Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada um dos juízos.- continuar a garantir a efectiva direcção destes inquéritos pelo Magistrado do Ministério Público e incrementar as medidas de resposta rápida no âmbito da protecção da vítima e da promoção das adequadas medidas de coacção para o arguido.- continuar a reunir com todos a PSP, GNR e com o Gabinete da APAV, em Vila Real, para articular procedimentos nesta área de actuação, incluindo a prevenção.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões mais urgentes.- promover a contínua articulação entre a jurisdição de família e menores, a investigação criminal e jurisdição criminal- <u>criar uma rede de violência doméstica que integre magistrados, agentes de autoridade e técnicos das IPSS's que prestam apoio às vítimas.</u>
B. Recuperação de activos	<ul style="list-style-type: none">- requerer a intervenção do GRA em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais (sendo este um objectivo prioritário) e cumprir a Instrução n.º 1/2013, de 30.07.2013 – PGR.- Incrementar os pedidos de perda de vantagens e de perda alargada.
C. Direitos das Crianças e Jovens, em Especial a Abordagem à Delinquência Juvenil	<ul style="list-style-type: none">- Promover mecanismos de articulação entre as Escolas, CPCJs, OPCs e Ministério Público para potenciar a detecção de fenómenos de delinquência juvenil, incrementar a resposta, articulando procedimentos entre as várias entidades envolvidas e os Magistrados do Ministério Público nas áreas de Jurisdição respectivas: família e menores e investigação criminal.- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica colocada no Juízo de Família e Menores com sede em Vila Real (com competência nos municípios de Vila Real, Sabrosa, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio), e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas dos juízos locais criminais e de competência genérica (Vila Pouca de Aguiar, com competência nos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, Valpaços, Montalegre, Chaves, com competência nos municípios de Chaves e Boticas e Alijó),- ainda, no Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (com competência na área dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) os Procuradores-Adjuntos asseguram o atendimento ao público na área de família e menores que depois enviam à Procuradora da Republica colocada na secção central de Família e Menores, com sede em Vila Real.- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das crianças e jovens,- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- para além da actividade do MP de apreciação da legalidade e fiscalização da actividade processual das CPCJ, continuar a realizar reuniões com as CPCJ's da comarca de Vila Real, para articular procedimentos e boas práticas nesta área de actuação, o que já se iniciou no ano de 2018.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.
D. Adultos Especialmente Vulneráveis	<ul style="list-style-type: none">- manter um serviço de atendimento a efectuar pelos Procuradores da República na área dos Juízos Centrais e Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, e pelos Procuradores-adjuntos nos juízos de competência genérica,- (ii) instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses de pessoas idosas,- (iii) dar especial atenção ao procedimento de instauração de acções de

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

	acompanhamento, o âmbito do Regime do Menor Acompanhado, promovendo reuniões de formação e articulação. - (iv) findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados em que sejam vítimas pessoas idosas, pretende-se, ainda, - (v) Promover a Cooperação com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca com vista à instauração de processos ou providências cíveis que se mostrem necessárias para defesa de interesses das pessoas idosas que se encontrem sob tutela destas entidades.
E. Interesses Difusos e Colectivos	- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos (como a saúde pública, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, qualidade de vida, património cultural, cláusulas contratuais gerais). - <u>realizar uma acção de formação com o Gabinete de Interesses Difusos.</u>
F. Articulação da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e nas diversas jurisdições	- promover reuniões entre Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos que asseguram a representação do MP em julgamento e aqueles que asseguram apenas a investigação e deduzem acusação, bem como os que estão colocados nos juízos locais de competência genérica para melhoria da qualidade da acusação com vista a um bom desempenho do MP em julgamento e a procedência da acusação. - promover mecanismos de articulação entre os magistrados que exercem funções nas várias jurisdições, designadamente, criminal, família e menores, cível, trabalho e comércio, para dar resposta cabal e integrada a fenómenos que implicam simultaneamente todas essas jurisdições.

B – Estado dos serviços e qualidade da resposta neste 1.º Semestre aos objectivos estratégicos e processuais estabelecidos para o ano de 2019:

No âmbito da Coordenação da Comarca de Vila Real, foram realizadas, entre outras, as seguintes reuniões:

1.º) Reunião no dia 04/01/2019, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca, para distribuição de serviço após o movimento de Dezembro de 2018.

2.º) Reunião no dia 08/03/2019, com os Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real para se proceder às escolhas dos Turnos das Férias Judiciais da Páscoa, do Verão e do Natal de 2019, para se enquadrarem os Requerimentos de Férias Pessoais de 2019 dos Magistrados do Ministério Público da Comarca de Vila Real, e outros assuntos.

3.º) Reunião no dia 05/07/2019, para balanço da actividade do 1.º Semestre de 2019, organização e funcionamento dos Turnos das Férias Judiciais de Verão de 2019 e seu ajustamento.

Foram também realizadas cerca de 10 reuniões com os Magistrados do Ministério Público e vários OPCs, sobretudo Polícia Judiciária e Guarda Nacional Republicana tendo em vista a definição de estratégias de investigação entre os titulares de inquéritos e tais OPCs, com o apoio do Magistrado do Ministério Público Coordenador.

I – Juízo Local e Juízo Central Cível de Vila Real

I-1. Juízo Local Cível de Vila Real:

O movimento dos Processos Administrativos foi o seguinte:

Vindos	Entrados	Findos	Pendentes
58	57	66	49

Atendimentos: Foram efectuados 21 atendimentos, findaram 19 e ficaram pendentes 2.

Acções: Foram Propostas 49 acções e Contestadas 2.

Requerimentos executivos: vieram 2 do período anterior, entraram 5, findaram 7 e não ficou nenhum pendente.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Cartas Precatórias: vieram 2 do período anterior, entraram 2, findaram 4 e não ficou nenhuma pendente.

Recursos: Entraram 2, não tiveram provimento 2, e não há recursos pendentes.

I-2. Juízo Central Cível de Vila Real:

O movimento processual foi o seguinte:

Processos Administrativos:

Vindos	Entrados	Findos	Pendentes
12	7	8	11

Atendimentos: Foram efectuados 4 atendimentos, findaram 4 e ficaram pendentes 0.

Acções: Foram Propostas 0 acções e Contestadas 2.

Requerimentos executivos: vieram 0 do período anterior, entraram 4, findaram 4 e não ficou nenhum pendente.

Cartas Precatórias: vieram 0 do período anterior, entrou 1, findou 1 e não ficou nenhuma pendente.

No que se refere aos processos administrativos pendentes no primeiro semestre de 2019, cumpre referir que, a grande maioria se refere à recolha de elementos para propositura de acções de interdição/inabilitação e, com a entrada em vigor da Lei 49/18, de 14 de agosto, acções de maior acompanhado.

Como acima foi referido, no 1.º semestre de 2019, foram abertos 57 processos administrativos dessa espécie, tendo sido intentadas 49 acções.

Neste âmbito, tem-se verificado uma estreita e pronta colaboração da Segurança Social e das IPSS da comarca.

Nos Serviços do Ministério Público são atendidas (sempre que necessário pela magistrada), todos os dias da semana, as pessoas que aí se dirigem para os mais diversos assuntos, sendo certo que, na rubrica “Atendimentos” só ficam registados aqueles que deram origem a processos administrativos.

Foram elaborados 11 requerimentos executivos e cumpridas 5 cartas precatórias.

Em representação do Estado Português foram elaboradas duas contestações.

Os dois recursos interpostos pelo Ministério Público são relativos a processos de interdição.

No essencial, foram cumpridos os objetivos processuais traçados para a área cível no período em causa, nos Juízos Local e Central Cível de Vila Real.

Não foram detetados, nesta área, quaisquer constrangimentos dignos de nota, sendo certo que foram solucionados os que existiam relativamente à realização célere dos exames médicos aos beneficiários de acompanhamento.

II – Juízo do Trabalho de Vila Real

O movimento processual foi o seguinte:

Acções Laborais: Vieram 6 do período anterior, e o Ministério Público propôs 2 acções, não contestou nenhum. Findaram 6 acções, todas procedentes, tendo ficado pendentes para o período seguinte 2 acções.

Acidentes de Trabalho (Fase contenciosa):

Vindos	Entradas		Total	Findos	Pendentes
	Ac. Mortal	Ac. não mortal			
381 (+ 4 acerto)	0	154	535	220	315



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Acidentes de Trabalho (Fase Conciliatória):

Vindos	Entrados		Total	Findos		Total	Pendentes		Total
	Ac. Mortal	Ac. não Mortal		Tentativa Conciliação	Outros Motivos		Perícia médica	Outros	
254	1	152	153	185	25	210	151	46	197

Processos de Acidente de trabalho / Patrocínio do Ministério Público

	Petições	Recursos
Dra Marina	1	0
Dr. Monteiro	30 (6 com junta médica)	3
Total	31	3

Além de outras intervenções processuais, foram apresentadas **três** reclamações contra relatórios periciais. E de Julho até à presente data foram deduzidas, em **processos do Juiz 2**, mais **duas** reclamações e **catorze** petições iniciais. O litígio determinante do desencadeamento da fase contenciosa traduz-se na questão do cálculo – com ou sem o acréscimo dos proporcionais dos subsídios de férias e de Natal para que aponta a redacção do art.º 50.º, n.º 3 da LAT - da indemnização devida por incapacidades temporárias de duração superior a 30 dias, matéria relativamente à qual a **Relação de Guimarães** se mostra dividida (cfr., entre outros, acórdãos, divergentes, de 06/06/2019 e de 19/06/2019, tirados, respectivamente, nos Processos nºs 936/17.0T8BGC e 182/18.5T8BGC), não tendo ainda sido fixada jurisprudência sobre a mesma.

Actividade do Ministério Público conexa com Processos de Acidente de Trabalho

	Requerimentos de Junta Médica	Revisão de Incapacidade	Actualização de Pensões	Entrega do Capital de Remição
Dra Marina	8	5	158	77
Dr. Monteiro	10 (6 + 4)	5	145	88
Total	18	10	303	165

Processos por Doenças Profissionais propostos pelo Ministério Público

Movimentados				Findos		Pendentes
Vindos	Petições Iniciais	Req. Junta médica	Total	Procedentes	Improcedentes	
0	0	0	0	0	0	0

Outras Acções: Nada a Registrar

Impugnações Judiciais em Processos de Contraordenação:

Recursos	Findos						Sentido da decisão		
	Rejeição	Sentença	Despacho	Desistência acusação	Desistência recurso pelo impugnante	Total	Providos - a)	Parcialmente providos	Não providos - b)
16	0	11	0	0	0	11	1	0	10

a) revogada a decisão da entidade administrativa

b) mantida a decisão da entidade administrativa

Recursos:

	Interpostos pelo MP	Respondidos pelo MP	Julgados					
			Interpostos pelo MP			Respondidos pelo MP		
			Providos	Parcialmente providos	Não Providos	Providos	Parcialmente providos	Não providos
Dra Marina	0	2	0	0	0	1	0	0

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR**

Dr. Monteiro	3	5	1	0	0	1	0	0
Total	3	7	1	0	0	2	0	0

Dos 3 recursos interpostos pelo Ministério Público, um foi na qualidade de parte acessória (em processo emergente de acidente de trabalho).

Das sete contra-alegações/respostas, cinco respeitam a processos do Juiz 2 e duas a processo do Juiz 1.

De Julho até à presente data já foram interpostos, em processos do Juiz 2, mais dois recursos.

Cartas Rogatórias / Reclamações Hierárquicas / Cartas Precatórias

Cartas Rogatórias a cumprir pelo MP	0
Reclamações Hierárquicas CPT (art.º 8º, n.º 2 do CPT)	0
Cartas Precatórias	2

Processos Administrativos:

Vindos	Entrados	Findos	Pendentes
87	68	67	88

Atendimento:

	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes
Dra. Marina	0	40	40	0
Dr. Monteiro	0	49	49	0
Total	0	89	89	0

O atendimento ao público é assegurado, por magistrado, nas tardes de 5ª-feira, sem prejuízo de atendimento pontual noutros dias, em função da especificidade dos casos. Foram atendidos oitenta e nove cidadãos neste 1.º Semestre de 2019.

Requerimentos Executivos:

	Vindos	Entrados	Findos	Pendentes
Dra. Marina	0	5	5	0
Dr. Monteiro	1	7	8	0
Total	1	12	13	0

Reclamação de Créditos:

	Fazenda Nacional	Outras (Reclamação Créditos Laborais)
Dra Marina	0	0
Dr. Monteiro	1	1
Total	1	1

Transações [Tentativas de conciliação/Processos Administrativos (contratos de trabalho)]:

	Concretizadas
Dra Marina	1
Dr. Monteiro	2

O serviço do Juízo do Trabalho foi assegurado por um Procurador da República em efectividade de funções e por uma Procuradora da República do Quadro Complementar que, a partir de 23 de Abril de 2019 passou a exercer também funções no então instalado Juízo de Comércio de Vila Real, com natural prejuízo para o serviço do Juízo do Trabalho.

Apesar de tudo, tem-se conseguido atingir de redução dos prazos de conclusão dos processos de acidentes de trabalho na fase conciliatória, embora se possa conseguir melhorar a prestação funcional em outras áreas se for colocado, em permanência, mais 1 Procurador da República, num total de 2, o que se impõe no próximo movimento de Magistrados do Ministério Público.

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



III – Juízo de Família e Menores de Vila Real

O movimento processual foi o seguinte:

Neste 1.º semestre de 2019 entraram **14** (catorze) Processos Tutelares Educativos, **2** (duas) Averiguações Oficiosas da Paternidade, **43** (quarenta e três) Processos Cíveis (D.L. 272/2001), **5** (cinco) Cartas Precatórias, **32** (trinta e dois) Processos de Atendimento, e **84** (oitenta e quatro) Processos Administrativos que, **somados aos 6** (seis) Tutelares Educativos, **4** (quatro) Averiguações Oficiosas da Paternidade, **8** (oito) Processos Cíveis (D.L.272/2001), **2** (duas) Cartas Precatórias, **22** (vinte e dois) Processos de Atendimento e **24** (vinte e quatro) Processos administrativos, **vindos do ano anterior**, perfazem um **total de 20 (vinte)** Tutelares Educativos, **6 (seis)** Averiguações Oficiosas da Paternidade, **51 (cinquenta e um)** Processos Cíveis (D.L.272/2001), **7 (sete)** cartas precatórias, **54 (cinquenta e quatro)** Processos de Atendimento, **104 (cento e quatro)** processos de Administrativos movimentados.

Comparativamente ao 1º semestre do ano de 2018, verificou-se que entraram menos **2** (dois) Tutelares Educativos, mais **1** (uma) Averiguação Oficiosa da Paternidade, menos **17** (dezassete) Processos Cíveis (D.L.272/2001), mais **7** (sete) Processos e Atendimento e mais **22** (vinte e dois) Processos Administrativos.

No semestre findaram 8 (oito) Tutelares Educativos, **4** (quatro) averiguações oficiosas da paternidade, **45** (quarenta e cinco) Processos Cíveis (D.L. 272/2001), **22** (vinte e dois) processos de atendimento e **72** (setenta e dois) Processos Administrativos.

No semestre foram propostos pelo Ministério Público 18 (dezoito) processos de promoção e proteção, sendo 4 (quatro) ao abrigo do artigo 91º da LPP.

Os objetivos processuais fixados para este ano judicial foram parcialmente cumpridos, nomeadamente no que respeita à articulação com as CPCJs, pois as Procuradoras da República que exerceram funções no juízo de Família e Menores de Vila Real, deslocaram-se a todas elas, fiscalizaram a actividade processual, mantiveram contactos telefónicos frequentes com os Comissários, e estiveram presentes em reuniões da comissão alargada de Mesão Frio e de Santa Marta de Penaguião.

Manteve-se sempre presente o serviço de atendimento.

Foram instauradas todas as ações e providências necessárias a acautelar direitos e interesses das crianças e jovens.

Foi instalada uma sala de acolhimento de crianças por iniciativa da Exma. Procuradora da República, Dra. Marta Seixas, com o apoio do magistrado do Ministério Público Coordenador e decisão do Conselho de Gestão. A sala foi decorada e pintada de forma a criar um ambiente adequado ao acolhimento das crianças.

No que respeita à articulação do Ministério Público com as escolas, prevê-se que no 2.º semestre se inicie o cumprimento desse objectivo.

Para o ano judicial de 2020, será fixado como objetivo, desenvolver junto das Escolas e em articulação com as CPCJs palestras com a participação de Magistrado do Ministério Público que versem sobre as problemáticas da violência no namoro, Ciber-criminalidade, Processos Tutelares Educativos.

Relativamente aos constrangimentos há que referir o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Do trabalho que tem sido levado a cabo junto das CPCJ, quer através de deslocações às Comissões, quer através de contactos telefónicos regulares, constatou-se que em algumas Comissões há graves problemas de organização e correta instrução dos processos e aplicação dos mecanismos legais.

Em coordenação com o Magistrado do Ministério Público Coordenador da Comarca, a Exma. Senhora Procuradora da República, com o acordo daquele, decidiu ver e analisar todos os processos das CPCJs, tendo iniciado este trabalho pelos processos da CPCJ de Vila Real. Tais processos estão praticamente todos vistos, tendo sido detectadas desde já várias anomalias graves, tais como: na sua quase generalidade os processos apresentam-se **(i)** sem qualquer relato de diligências de diagnóstico e acompanhamento ou as parcas informações são manualmente escritas e muitas vezes impercetíveis, **(ii)** as deliberações da comissão restrita em mais de 97% das situações não se encontram assinadas, **(iii)** os acordos de promoção e proteção são invariavelmente (em mais de 90% das situações) assinados apenas por um dos progenitores sem qualquer referência ao motivo ou impossibilidade de ou outro progenitor assinar, **(iv)** há processos com medidas aplicadas há mais de 18 meses, nomeadamente uma institucionalização desde o ano 2013, sem estudo ou trabalho de outro projeto de vida para o jovem, **(v)** há vários processos que se iniciaram oficiosamente sem indicação de qualquer motivo ou perigo e em seguida foi aplicada medida de promoção e proteção, sem qualquer indicação de qual o perigo ou risco em que o menor se encontra.

Trata-se de um trabalho essencial, mas moroso, que ainda agora está a iniciar, mas que trará benefícios para o funcionamento das CPCJs e da jurisdição de família e menores na área do Juízo de Família e Menores de Vila Real.

IV – Juízo de Comércio de Vila Real

Entrou em funcionamento em 23 de Abril de 2019, apenas com os processos a iniciar, uma vez que os processos da área do Comércio de toda a comarca transitaram para o Juízo de Comércio apenas em 1 de Setembro de 2019.

Tendo sido provido com um Juiz, foi colocada também uma Procuradora da República do quadro complementar, em acumulação com o serviço que já lhe havia sido distribuído no Juízo do Trabalho, mas sem o serviço dos Processos Administrativos laborais a distribuir para o futuro. Para além desse serviço, foi distribuído à referida magistrada o serviço da área do Comércio do Juízo Local Cível de Vila Real, logo a partir de 23 de Abril de 2019.

Não há estatística relevante do 1.º Semestre que ilustre o volume de serviço desse Juízo no futuro. Só a partir de Setembro de 2019 se começou a ter a ideia do volume processual que poderá vier a ter. Estão **pendentes neste momento 1283 processos**, tendo-se notado a tendência de aumento de volume processual face ao que existia anteriormente nos vários juízos locais cíveis e de competência genérica da comarca, certamente fruto da concentração desse tipo de processos num juízo especializado, o que gera maior procura.

Daí que seja imperioso colocar no próximo movimento de magistrados do Ministério Público um Procurador da República em efetividade de funções no Juízo de Comércio de Vila Real.

V – Juízo Central Criminal de Vila Real

O movimento processual foi o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Foram efectuados 43 julgamentos, e produzidos 45 acórdãos, tendo sido total ou parcialmente procedentes 40 acusações e improcedentes 5, correspondendo a 88% de procedências e 12% de improcedências.

Os 43 julgamentos correspondem a um número muito mais elevado de sessões de julgamento.

Neste 1.º semestre de 2019, vieram 640 processos do período anterior, entraram 50 (690 processos movimentados), findaram 234 e ficaram pendentes para o período seguinte 466 processos.

A representação do Ministério Público em julgamento é assegurada por duas Procuradoras da República, uma das quais com o Juiz 1 e 3 e a outra (que também assegura a representação nos Juízos Local e Central Cível de Vila Real) com o Juiz 2. O despacho/promoção nos processos do Juiz 2 é assegurada pela Procuradora da República em exercício de funções no Juízo de Família e Menores de Vila Real.

A Procuradora da República afecta ao Juiz 1 e ao Juiz 3, bem com a Procuradora da República afecta ao despacho dos processos do Juiz 2, asseguram ainda a imediata direcção hierárquica dos Magistrados titulares de Inquéritos de toda a comarca de Vila Real.

Tem havido articulação entre as Procuradoras da República afectas ao Juízo Central Criminal de Vila Real e os Procuradores-adjuntos titulares de inquéritos onde foram proferidas acusações para julgamento em Tribunal Colectivo. Sempre que se detetam situações que poderiam ser melhoradas nas acusações para julgamento em processos coletivos, de forma informal, são contactados os respetivos Procuradores(as)-adjuntos(as) subscritores onde se expõe a situação concreta e se escuta a justificação no caso de existir, ou opinião diversa se fundamentada. Tem havido discussão franca e aberta das situações de discordância e em relação às melhorias propostas, e regista-se agrado da parte dos subscritores das acusações em conhecerem o resultado dos julgamentos e apreenderem formas de as melhorarem, de forma a minorar as situações de improcedência.

Os julgamentos do Juiz 1 realizam-se todas as segundas-feiras, os do Juiz 2, às terças-feiras e os do Juiz 3 às quintas-feiras, sempre de manhã e de tarde.

Os julgamentos são marcados com um intervalo de cerca de 40 dias, pelo que não se verifica morosidade na realização da Justiça desde que a acusação é recebida em Juízo.

VI – Juízo de Execuções e Juízo Local Cível de Chaves

Juízo de Execuções de Chaves:

No Juízo de Execuções e Juízo Local Cível de Chaves está colocado um Procurador da República e um total de 4 Juizes (2 no Juízo de Execuções e 2 no Juízo Local Cível).

O movimento processual foi o seguinte:

Vieram 5.267 processos do período anterior a 1/1/2019, entraram 836, findaram 1343 e ficaram pendentes **4.754** a 30/6/2019.

O Ministério Público instaurou 25 execuções e apresentou 11 reclamações de créditos.

Juízo Local Cível de Chaves:

Este Juízo tem competência também na área de família e menores e teve competência na área do Comércio até ao final deste 1.º semestre.

O movimento processual foi o seguinte:

Vieram 295 processos do período anterior a 1/1/2019, entraram 191, findaram 240 e ficaram 246 pendentes a 30/6/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Da área de família e menores vieram 106 processos do período anterior a 1/1/2019, entraram 96, findaram 87 e ficaram 107 pendentes a 30/6/2019.

O único Procurador da República afecto ao Juízo Execuções de Chaves e ao Juízo Local Cível de Chaves tem de conciliar a sua agenda com a de 4 Juízas, com um muito significativo volume de serviço, gerando diligências sucessivas, quase que sobrepostas e seguidas, ou com um curto intervalo que, fruto do tempo efectivamente ocupado por cada diligência judicial de cada uma das juízas, geram sobreposições, obrigando a que haja diligências que se iniciam mais tarde que a hora agendada.

No que diz respeito à área de família e menores, quando há necessidade de submeter crianças a perícias, estas são realizadas na Delegação do Porto do INMLCF, I. P. e não nos Gabinetes Médico-Legais de Chaves ou de Vila Real (por exemplo, uma menor de seis anos de idade, institucionalizada de urgência no Lar de S. José, em Chaves, no dia 13/9/2019, na sequência de abuso sexual, teve de ser levada ao IML do Porto, dia 17/9/2019, para realização de uma perícia médica).

Este será um aspecto a discutir numa reunião que será feita com os Gabinetes Médico-Legais de Chaves e de Vila Real.

VII – Juízo Local Criminal de Chaves

A Procuradoria do Juízo Local Criminal de Chaves tem como área de competência os municípios de Chaves e Boticas. Em Boticas existe ainda um Juízo de Proximidade onde se realizam julgamentos.

Estão colocadas três Procuradoras-adjuntas, uma das quais com o serviço de representação e de julgamentos no Juízo Local Criminal, e as outras duas, com o serviço de investigação criminal, tramitando Inquéritos e Inquéritos Tutelares Educativos.

Uma destas Procuradoras-adjuntas é semi-especializada, assumindo a titularidade dos inquéritos de violência doméstica, de maus tratos, de crimes sexuais e crimes contra pessoas vulneráveis, recebendo ainda 40% de inquéritos de criminalidade genérica. A outra recebe 60% de inquéritos de criminalidade genérica.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

Neste 1.º semestre de 2019 entraram na Secção de Inquéritos da Procuradoria do Juízo Local de Chaves **729** inquéritos que, somados aos **679** vindos do ano anterior, perfazem um total de **1408** processos de inquérito movimentados.

Comparativamente ao 1º semestre do ano de 2018, verificou-se uma diminuição das entradas de processos de inquéritos em 227, ou seja, menos 23,74%, mantendo-se assim a tendência de diminuição dos números de processos de inquéritos entrados já verificada nos últimos anos.

Findaram **813** inquéritos, sendo que destes foram arquivados **647**, foram deduzidas **122** acusações e foi aplicado em **44** inquéritos a suspensão provisória do processo.

Das acusações deduzidas, **6** foram para julgamento por tribunal colectivo, **108** para julgamento por tribunal singular, tendo-se feito uso do disposto no artigo 16.º, n.º3 do C.P.P. em **25** inquéritos.

Relativamente às formas de processo especial, foram apresentados **12** processos para julgamento sob a forma de processo especial sumário, foi deduzida **1** acusação em processo especial abreviado e **7** seguiram a forma de processo especial sumaríssimo.

Não ocorreram arquivamentos nos termos do disposto no artigo 280.º do C.P.P..



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Quanto à aplicação da suspensão provisória do processo, esta foi aplicada em **44** processos na fase de inquérito, a que acrescem **27** processos especiais sumários, perfazendo um total de **71** processos suspensos provisoriamente.

Transitaram para o semestre seguinte **616** inquéritos, revelando uma diminuição dos inquéritos pendentes em 63 (menos 9,28%).

Julgamentos:

Entraram 115 processos comuns singulares para julgamento que, somados aos 441 vindos do ano anterior, dão um total de **556** processos movimentados.

Findaram em fase de julgamento, neste semestre, 116 processos, sendo 81 por julgamento onde foi proferida sentença, num total de **396** audiências de discussão e julgamento, e findaram por outros motivos 35.

A percentagem de acusações total ou parcialmente procedentes é de **96,10%**, sendo a percentagem de acusações totalmente procedentes de 91%, e percentagem de acusações improcedentes é de 3,90%, no que diz respeito à totalidade dos processos efetivamente julgados.

Recursos:

O Ministério Público interpôs 3 recursos (em fase de julgamento) e respondeu a 18 (16 respostas em fase de julgamento e 2 em fase de inquérito).

Tem havido um efectivo controle das decisões judiciais por parte do Ministério.

Internamentos compulsivos:

Entraram 2 processos de internamento compulsivo que, somados aos 3 vindos do ano anterior, dão um total de 5 processos movimentados, tendo findado 2.

Recursos de Impugnação Judicial:

Entraram 3 processos de impugnação judicial que, somados aos 21 vindos do ano anterior, dão um total de 24 processos movimentados, tendo findado 15.

Processos Tutelares Educativos:

Neste 1.º semestre do ano de 2019 deram entrada 6 inquéritos tutelares educativos, que somados aos 4 vindos do período anterior, dá um total de 10 inquéritos tutelares educativos movimentados.

Num deles foi requerida a abertura de fase jurisdicional e outro foi arquivado após aplicação da suspensão nos termos do artigo 85.º da L.T.E., ficando pendentes para o período seguinte 8 processos.

O processo tutelar educativo em que foi requerida a abertura de fase jurisdicional findou com decisão homologatória da medida tutelar educativa proposta pelo Ministério Público, em sede de audiência prévia.

Constrangimentos e acções a desenvolver:

Apesar de se ter verificado diminuição de entradas de inquéritos no 1.º semestre deste ano comparativamente com o mesmo semestre de 2018, contudo tal diminuição foi acompanhada de uma diminuição de entradas de inquéritos contra desconhecidos. No 1º semestre de 2018 deram entrada 394 inquéritos contra desconhecidos, ao passo que no 1.º semestre de 2019 entraram 237 inquéritos desse tipo, ou seja, menos 157 inquéritos contra desconhecidos.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Ou seja, da diminuição de entradas de processos de inquérito verificada entre o 1º semestre de 2018 e o 1º semestre de 2019 (menos 227 inquéritos), **69,16%** diz respeito à diminuição de entrada de processos de inquérito contra desconhecidos.

Por outro lado, verificou-se um aumento dos registos de autos de notícia ou de participações sem queixa, que passaram de 37 no 1º semestre de 2018 para 91 no 1º semestre de 2019.

O número resultante da diminuição do número de entradas de inquéritos contra desconhecidos aliada ao aumento dos registos de autos de notícia/participações sem queixa (211) corresponde a um número muito próximo da diminuição de inquéritos entrados (227).

Ou seja, a diminuição do número de inquéritos entrados não teve como consequência a diminuição do trabalho das Procuradoras-adjuntas afectas à investigação criminal. Houve até maior eficácia na investigação, de que é, por exemplo reflexo o aumento de processos suficientemente indiciados (mais 4 que no mesmo período do ano transacto).

Acresce ainda o facto de o tipo de criminalidade investigada, designadamente a violência doméstica, crimes sexuais, criminalidade violenta, entre outra, ter vindo a exigir um maior envolvimento das Magistradas na investigação. Pelo que a diminuição da pendência de inquéritos alcançada só foi possível devido ao seu grande esforço e sacrifício.

Por outro lado, com a instalação do Juízo de Proximidade de Boticas, município integrado no Juízo Local Criminal de Chaves, passaram a realizar-se também ali julgamentos, pelo menos uma vez por semana, sendo que a Procuradora-Adjunta que assegura todos os julgamentos em Chaves é a mesma que se desloca a este Juízo de Proximidade.

Acresce que, a partir de Setembro de 2019, o Juízo Local Criminal de Chaves passou a contar também com uma juíza-estagiária que presidirá a julgamentos, para além do juiz titular e do substituto que faz julgamentos às segundas-feiras. Consequentemente, a única Procuradora-Adjunta afecta aos julgamentos vai passar a trabalhar com três juizes (titular, substituto e estagiária), o que significará um acréscimo de trabalho, seja no que toca ao número de processos movimentados, seja no número de julgamentos realizados, incluindo os sumários, seja quanto aos eventuais recursos e respostas a recursos.

Neste contexto, é imprescindível a colocação de um outro Procurador-adjunto no Juízo Local Criminal de Chaves e respectiva Procuradoria.

A Procuradoria do Juízo Local Criminal de Chaves debate-se ainda com falta de funcionários o que tem repercussões na realização das diligências e cumprimento dos despachos, e consequentemente contribuiu para a pendência processual verificada na Secção de Inquéritos.

Para além da falta de preenchimento do quadro tem havido constantes baixas por doença prolongadas de um Técnico de Justiça adjunto.

VIII – Juízo Local Criminal de Vila Real

A Procuradoria do Juízo Local Criminal de Vila Real tem como área de competência os municípios de Vila Real, Murça, Mondim de Basto e Sabrosa. Em Murça, Mondim de Basto e Sabrosa existem Juízos de Proximidade onde se realizam julgamentos.

Estão colocados 4 Procuradores-adjuntos, dois dos quais com o serviço de representação e de julgamentos no Juízo Local Criminal onde exercem funções 2 Juizes de Direito, acumulando ainda com 24% inquéritos genéricos cada um, e os outros dois Procuradores-adjuntos, apenas com serviço de investigação criminal, tramitando Inquéritos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Um dos Procuradores-adjuntos é semi-especializado, assumindo a titularidade dos inquéritos de violência doméstica, de maus tratos, de crimes sexuais e crimes contra pessoas vulneráveis, recebendo ainda 19% de inquéritos de criminalidade genérica. A outra recebe 33% de inquéritos de criminalidade genérica.

O movimento processual foi o seguinte:

Juízo Local Criminal de Vila Real

Transitaram do período anterior 595 processos, entraram 195 processos e findaram 221, tendo transitado para o período seguinte 569 processos.

A percentagem de acusações total ou parcialmente procedentes (90), relativamente aos julgamentos realizados (98) é de 92%. Contudo verifica-se uma elevada percentagem de processos findos por extinção da responsabilidade criminal e por outros motivos (39), relativamente ao número total de processos findos (137), sendo essa percentagem de **28,5%**.

Trata-se de uma situação que continuará a merecer acompanhamento, uma vez que se traduz numa percentagem demasiado elevada comparativamente com o resto da comarca.

Secção de Inquéritos:

Vieram do período anterior **954** inquéritos, entraram **1114** novos inquéritos neste 1.º semestre, findaram **1113**, tendo transitado **1063** inquéritos para o período seguinte.

No que diz respeito aos inquéritos por violência doméstica, crimes sexuais e crimes contra pessoas vulneráveis – únicos em relação aos quais foi operada especialização –, o movimento foi o seguinte: transitaram do período anterior **92** inquéritos (excluindo os 19 suspensos provisoriamente que se consideram findos), entraram **114** inquéritos durante o período, e findaram **119** (incluindo os 26 suspensos provisoriamente que se consideram findos), tendo transitado para o período seguinte **87** inquéritos (excluindo os suspensos provisoriamente).

De destacar ainda a relevante opção por formas simplificadas de processo, com destaque para a suspensão provisória do processo, que corresponde a uma percentagem de **44,60%** dos inquéritos e processos sumários na fase preliminar.

Foi aplicada **medida de coacção privativa de liberdade (prisão preventiva)** em 1 inquérito.

Na Secção de Inquéritos da Procuradoria do Juízo Local Criminal de Vila Real exercem funções quatro Procuradores-adjuntos, dois em exclusividade e dois em acumulação com a tramitação de processos em fase de julgamento. Contam com quatro funcionários de justiça com a categoria de Técnico de Justiça-adjunto e dois com a categoria de Técnico de Justiça Auxiliar.

A investigação dos inquéritos de violência doméstica, crimes sexuais e de outros de criminalidade complexa (económico financeira e corrupção), bem como a ausência por doença de uma funcionária afecta a parte dos inquéritos de violência doméstica teve sérias repercussões negativas na tramitação dos inquéritos da secção, gerando atrasos significativos no cumprimento dos despachos e da movimentação dos processos.

Tal situação está praticamente revertida pelo facto de terem sido colocados dois novos funcionários na secção, um deles técnico de justiça principal, a partir do início de Setembro de 2019 e com o regresso que se espera para breve, da funcionária que está ausente por doença.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Espera-se por isso, que até ao final do ano, os objectivos processuais estabelecidos venham a ser conseguidos.

IX – Juízo de Competência Genérica de Montalegre

No 1.º Semestre de 2019, o Juízo de Competência Genérica de Montalegre teve competência cível, criminal, de família e menores e comércio.

O quadro de Magistrados esteve preenchido com uma Juíza de Direito e uma Procuradora-adjunta.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

Na Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Montalegre, transitaram do período anterior 119 inquéritos, entraram 264 inquéritos e 276 foram findos. Transitaram para o período seguinte 107 inquéritos, dos quais 28 pendentes há mais de 8 meses, sendo apenas 1 destes do ano de 2016 e 6 ao ano de 2017.

Os 28 inquéritos pendentes há mais de 8 meses representam uma percentagem de **26,16%** relativamente à totalidade dos pendentes.

Foram aplicadas **medidas de coacção privativas de liberdade** em 4 inquéritos.

Foram findos 9 inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da **suspensão provisória do processo**, 8 dos quais com arquivamento e 1 com acusação.

Neste ponto, notando a relativa resistência dos arguidos e respectivos defensores à aplicação deste instituto, tendo-se como objectivo para o ano de 2019 o reforço no uso dos mecanismos de diversão processual.

Relativamente ao **Processo Sumário – fase preliminar**, vieram 3 do período anterior, entraram 6 e findaram 7. Foram aplicadas 4 suspensões provisórias do processo, não foram remetidos autos para inquéritos, e foram requeridos 3 julgamentos sumários.

Não foi requerida a **intervenção do GRA**, nem do **Gabinete de Administração de bens (GAB)**.

Foram distribuídas 17 **cartas precatórias** para cumprimento.

Verificou-se uma **intervenção hierárquica** na área penal.

Consolidaram-se os procedimentos de investigação quanto a crimes de violência doméstica, a que sempre foi dada prioridade na sua investigação que foi concluída de forma célere.

Houve cooperação estreita com os OPC, especialmente com a GNR (onde se inclui além do posto de Montalegre, o Núcleo de Investigação Criminal de Chaves) e a PJ, e foi assumida a investigação na Procuradoria em casos de desnecessidade de diligências no local, nos casos em que foi necessário inquirir vítimas, designadamente de violência doméstica, e nos casos em que eram visados pela investigação titulares de cargos políticos de Montalegre.

A grande maioria de inquéritos antigos diz respeito a investigações a cargo da Polícia Judiciária, sobretudo pela enorme escassez de meios humanos de que padece e também pela relativa complexidade de algumas investigações.

Contudo, em geral os inquéritos são concluídos e despachados com celeridade, à excepção daqueles em que se verifica alguma complexidade de investigação e daqueles que dizem respeito a pessoas do concelho de Montalegre que se encontra emigradas no estrangeiro.

Instruções:

Transitaram do período anterior 5 processos, foram requeridas neste 1.º semestre 4 instruções, 2 das quais resultaram em despacho de pronúncia, 1 em não pronúncia e 1



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

findou por outros motivos. No final do 1.º semestre do ano de 2019, encontravam-se pendentes 5 instruções.

Julgamentos:

Relativamente ao **Processo Sumário**, foram requeridos 3 julgamentos sumários e nenhum deles foi remetido para inquérito pelo juiz.

Foi deduzida 1 acusação em **processo abreviado** e requerida a aplicação de sanção não privativa da liberdade na forma de **processo sumaríssimo** em 3.

Quanto aos processos penais na fase de julgamento, vieram do ano anterior 26 processos (22 comuns singulares, 1 sumaríssimo e 3 relativos a outros processos), entraram no período 35 (26 comuns singulares, 3 sumários, 1 abreviado, 3 sumaríssimos e 2 relativos a outros processos), tendo sido findos no total 27 processos (19 comuns singulares, 3 sumários, 1 abreviado, 1 sumaríssimos e 2 relativos a outros processos).

Foram julgados 23 processos (18 comuns singulares, 3 sumários, 1 abreviados e 1 sumaríssimo), de que resultaram 12 condenações (8 comuns singulares, 3 sumários, 1 abreviados e 1 sumaríssimo), 6 processos findaram por outros motivos, houve 2 absolvições (em comuns singulares) e 1 processo findou por prescrição.

O Ministério Público **não interpôs** recursos mas **respondeu a 3** recursos.

Relativamente aos processos não penais, entrou 1 processo de internamento compulsivo, vieram 2 do ano anterior, findaram 2 e ficou 1 pendente.

Não entraram recursos de impugnação judicial de contra-ordenação.

Área cível:

Do período anterior vieram 19 **processos administrativos**, foram instaurados 10 processos administrativos todos relacionados com questões de maior acompanhado, foram findos 14 processos administrativos e ficaram pendentes 15.

O Ministério Público instaurou 7 processos de acompanhamento de maior, vieram do ano anterior 42, findaram 25, todos procedentes, tendo ficado pendentes para o período seguinte 22.

Não foram interpostos nem respondidos recursos pelo Ministério Público.

Foi instaurada 1 **execução por custas, multa ou coima**, no valor total de **€ 400,00**.

Não foram **reclamados créditos**.

No que respeita aos processos administrativos, na área cível, há predominância dos que se destinam ao acompanhamento de maior.

O processo administrativo mais antigo, do ano de 2015 diz respeito à apropriação de terrenos baldios, cujos visados se comprometeram a entregar os terrenos em causa.

Tem-se como objectivo findar os processos administrativos mais antigos, designadamente o de 2015, até ao final deste ano judicial de 2019 e, ainda, no âmbito da intervenção do Ministério Público aferir junto das respectivas entidades gestoras de baldios da existência de outros actos de apropriação que já parecem resultar de tais processos administrativos.

Área de Família e Menores:

Entrou no período 1 requerimento para **autorização prática de actos prevista no DL 272/2001**, o qual foi procedentes e findou.

Não foram remetidos para parecer do Ministério Público nos termos do **art. 14.º do Decreto-Lei 272/2001**, acordos de regulação do exercício das responsabilidades parentais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

No que se refere às **Ações Tutelares Cíveis**, transitaram do ano de 2018, 3 ações com vista à alteração da regulação e uma ação de inibição do poder paternal. O Ministério Público requereu 2 regulações do exercício das responsabilidades parentais e 1 incumprimento do regime, tendo sido requerida a regulação por outros intervenientes em 1 processo e a alteração em 1. Das 6 ações totais, foram findas 9 e transitou para o período seguinte 1.

Entrou uma **averiguação oficiosa de paternidade**.

Foi instaurado 1 novo **processo de promoção e protecção**, tendo sido arquivado 1 sem aplicação de medida e encontrava-se 1 outro pendente a aguardar a aplicação de medida.

Não se verificou a ocorrência de **procedimentos de urgência, não se tendo confirmado a situação de perigo**.

O Ministério Público procedeu à fiscalização trimestral dos processos de promoção e protecção da CPCJ. Foi remetido um processo ao Ministério Público no período.

Relativamente aos **processos tutelares educativos** entraram 2, os quais se encontram suspensos.

Não houve **processos tutelares educativos em fase jurisdicional**.

Não foram realizadas visitas a centros educativos.

Não foram interpostos nem respondidos recursos pelo Ministério Público.

Insolvências:

Não se verificou qualquer movimento processual nesta área que implicasse intervenção do Ministério Público.

Conclui-se pelo cumprimento quase total dos objectivos estabelecidos.

X – Juízo de Competência Genérica de Valpaços

No 1.º Semestre de 2019, o Juízo de Competência Genérica de Valpaços teve competência cível, criminal, de família e menores e comércio.

O quadro de Magistrados esteve preenchido com uma Juíza de Direito e um Procurador-adjunto do quadro complementar.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

No referido período temporal, entraram 215 inquéritos e transitaram do ano anterior 193 inquéritos, verificando-se, assim, um movimento semestral de 408 inquéritos.

Neste mesmo período, findaram 225 inquéritos, nos quais foram deduzidas 7 acusações perante Tribunal Singular e 3 perante Tribunal Colectivo e proferidos 187 despachos de arquivamento nos termos do disposto no artigo 277º, do Código de Processo Penal, 9 nos termos do 280, n.º 3 do mesmo diploma legal e 7 findaram por outros motivos 7 inquéritos.

Fez-se uso do processo sumaríssimo em 7 inquéritos.

Foi deduzida 1 acusação em processo abreviado.

Foram suspensos provisoriamente 26 inquéritos.

Dos inquéritos movimentados, em 2 foi requerida a abertura de instrução.

Foram autuados 14 processos em fase preliminar do processo sumário, dos quais foram requeridos 7 julgamentos sob a forma de processo sumário e aplicado o instituto da suspensão provisória do processo em 9 situações.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Área Cível: Foram instaurados 28 Processos Administrativos e propostas 3 acções de Acompanhamento de Maior.

Foi efectuada pelo Ministério Público uma reclamação de créditos em insolvência.

Área de Família e Menores:

Instauraram-se 4 procedimentos no âmbito do **Decreto-Lei n.º 272/2001**, tendo findado 3, mantendo-se pendente para o período seguinte 1.

Foram instaurados 3 **Processos Tutelares Educativos**, tendo sido finalizados 2, transitando para o período seguinte 1.

Foram mantidos contactos regulares com a CPCJ de Valpaços e procedeu-se à fiscalização da sua actividade, nomeadamente através da consulta e acompanhamento de processos ali pendentes, e o Ministério Público participou nas reuniões da Comissão alargada.~

As instalações do Tribunal oferecem boas condições de trabalho, mas há necessidade de proceder às seguintes melhorias:

- Activação do sistema de alarme;
- Criação de sala de arquivo própria;
- Distribuição de novos e mais equipamentos informáticos, designadamente computadores, monitores, fotocopiadoras com digitalizador, pois apenas existe uma impressora multifunções capaz de efectuar digitalizações e um aparelho de fax e que se encontram na Secção do Juízo de Competência Genérica de Valpaços, o que implica a deslocação dos Técnicos de Justiça àquela Secção Judicial para o efeito, afectando a produtividade do serviço e com entraves até à sua própria exequibilidade, em especial se atendermos à obrigatoriedade de se submeter, no caso dos processos cíveis, as peças processuais e seus anexos via citius e com exposição forçada dos inquéritos sujeitos a segredo de justiça;
- Criação de um espaço para a realização das diligências pelos OPC's (PJ, NIC da GNR), pois, até ao momento, têm sido efectuadas num gabinete destinado a Magistrados;
- As perícias médico-legais deveriam ser efectuadas em Valpaços, tendo em conta a dificuldade de deslocação dos utentes ao Gabinete Médico-Legal de Chaves onde são realizadas.

O contacto com os Órgãos de Polícia Criminal (GNR – Postos Territoriais de Valpaços, Carracedo de Montenegro e Lebução, NIC da GNR de Chaves, Polícia Judiciária) tem sido estreito, directo e informal, imprimindo maior celeridade e eficácia na actuação.

A eficácia e a resposta à criminalidade existente no concelho tem-se mantido num bom nível, destacando-se o elevado número de inquéritos relacionados com a detenção de arma proibida e furtos, nos quais a realização de buscas e apreensões se tem revelado necessária para o sucesso das investigações.

Por outro lado, os furtos e os incêndios, em que o agente é desconhecido, reclamam para si a maior percentagem nos arquivamentos, não obstante todos os esforços envidados nas diligências investigatórias com vista à identificação do seu autor.

Verifica-se um consumo excessivo das bebidas alcoólicas neste concelho, com o consequente aumento de crimes de condução de veículo em estado de embriaguez, de violência doméstica, não obstante as respostas sociais assertivas para a sua prevenção e controlo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

É imprescindível que a Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Valpaços seja dotada de máquina multifunções (impressora, fotocopadora e digitalizadora).

Em geral os objectivos estabelecidos foram cumpridos.

XI – Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar

No 1.º Semestre de 2019, o Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar teve competência cível, criminal, de família e menores e comércio.

O quadro de Magistrados esteve preenchido com um Juiz de Direito e um Procurador-adjunto.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

Transitaram do período anterior 360 inquéritos, entraram 299, tendo sido movimentados 659. Findaram 328 (incluindo suspensões provisórias aplicadas), tendo transitado para o período seguinte, 331 inquéritos.

Desses inquéritos, e quanto aos crimes de corrupção e afins transitaram 8, entraram 3 e findou 1;

Quanto aos crimes informáticos e afins, transitou 1, entrou 1 e ambos findaram;

Quanto aos crimes de violência doméstica e afins transitaram 7, entraram 17 e findaram 13;

No que diz respeito aos processos administrativos instaurados com vista à propositura de acção de acompanhamento, transitaram do período anterior 16, entraram 11 e findaram 19.

A Procuradoria do Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar terá este ano uma entrada anual de cerca de 600, ou até mais, inquéritos, tendo em conta os 299 que já entraram no 1.º semestre e o facto de após o termo do 1.º semestre e até agora já terem entrado mais cerca de 150 inquéritos (em menos de 3 meses).

Julgamentos:

No período foram efectuados 17 julgamentos criminais, dos quais houve condenação total ou parcial em 13 julgamentos, tendo-se obtido uma taxa de procedência de 76,47%.

O Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar e respectiva Procuradoria teve, neste semestre, competência cível, penal, de comércio, família e menores. O Ministério Público tem ainda a interlocução de duas CPCJs de dois concelhos, e o número de processos de inquérito entrados e movimentados ultrapassa o exigível a um só magistrado do Ministério Público.

Verifica-se, contudo um reduzido número de julgamentos penais, que poderão ter como explicação o facto de ter havido, neste semestre, apenas 33 acusações em tribunal singular, com uso do art. 16.º, n.º 3, do CPP, em abreviado e particulares (6), e em todo o ano de 2018 ter havido apenas 51 acusações do mesmo tipo (onde se incluem 11 particulares).

Há, por isso, necessidade de o Juízo de Competência Genérica de Vila Pouca de Aguiar e respectiva Procuradoria ser provido com um outro magistrado ainda que em acumulação com outro serviço na comarca, sem o que o cumprimento dos objectivos processuais se mostra comprometido.

No entanto, foram cumpridos alguns objectivos processuais específicos no que toca à violência doméstica, a pessoas especialmente vulneráveis e às crianças e jovens.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Neste semestre, foram incrementados os contactos com as CPCJs de Vila Pouca de Aguiar e de Ribeira de Pena e fiscalizou-se a sua actividade processual, passando a existir uma articulação mais próxima com o Ministério Público.

Quanto à investigação dos crimes de corrupção e afins, a maior parte dos inquéritos encontram-se parados à espera da primeira diligência investigatória por parte da Polícia Judiciária, que, segundo tem sido informado, tem estado ocupada com diligências de inquéritos da Secção Distrital do DIAP do Porto, o que não tem permitido o início das investigações.

Relativamente a este aspecto, o Magistrado do Ministério Público Coordenador está a diligenciar para efectuar uma reunião, no início de Outubro, com a SRIC da Directoria do Norte da Polícia Judiciária, para resolver este problema que já se arrasta há mais de um ano.

Quanto aos inquéritos de violência doméstica, em geral as diligências são presididas pelo Magistrado desta Procuradoria, uma vez que tem constatado que a Guarda Nacional Republicana não tem capacidade para as efectuar de forma adequada, eventualmente por falta de formação específica e impossibilidade em assumir a responsabilidade de actos processuais mormente no que à detenção diz respeito.

Em suma, no quadro actual da área de jurisdição da Procuradoria de Vila Pouca de Aguiar, tem sido dada prioridade à intervenção na área dos menores e na área criminal, o combate à violência doméstica e afins, aos crimes contra pessoas especialmente vulneráveis e ao crime violento.

XII – Juízo de Competência Genérica de Alijó

No 1.º Semestre de 2019, o Juízo de Competência Genérica de Alijó teve competência cível, criminal, de família e menores e comércio.

O quadro de Magistrados esteve preenchido com um Juiz de Direito e um Procurador-adjunto.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

Transitaram do período anterior 175 inquéritos. Entraram no semestre 155 novos inquéritos, tendo sido findos 186, tendo transitado para o período seguinte 144 inquéritos, tendo-se verificado, por isso uma diminuição da pendência.

Na verdade, a 30 de Junho de 2019 o número de processos pendentes era de 121, excluindo os que ainda se encontravam suspensos provisoriamente.

Em relação ao número de inquéritos pendentes há mais de 8 meses verificou-se um ligeiro aumento percentual face ao número total de inquéritos pendentes (de 21,5% em 31/12/2018, para 28,9% em 30/06/2019), para o que terá contribuído a diminuição do número total de pendentes.

Contudo, é possível reduzir até ao final do ano a percentagem destes processos de forma a situar-se abaixo dos 25%, uma vez que neste primeiro semestre de 2019 se verificou uma redução apreciável do número de inquéritos registados antes de 01-01-2018, trabalho que, entretanto, teve continuidade, pois foram terminados mais alguns desses processos mais antigos após 30/06/2019.

Inquéritos relacionados com corrupção e criminalidade económico-financeira



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Vieram do período anterior 6 (seis) inquéritos em que se investigava os crimes de abuso de poder, corrupção, peculato, prevaricação, participação económica em negócio e fraude fiscal, deu entrada neste primeiro semestre apenas 1 (um) inquérito. No final do semestre, estavam pendentes 6 (seis) processos, cinco dos quais há mais de oito meses, estando em investigação na Polícia Judiciária, sendo o mais antigo do ano de 2016.

Prevê-se findar até ao final do ano pelo menos 2 desses inquéritos.

Os atrasos na investigação deste tipo de criminalidade resultam da necessidade de serem realizadas perícias contabilísticas e do facto de a Polícia Judiciária não ter meios humanos suficientes para iniciar e avançar com as investigações.

Dos dois inquéritos pendentes que têm por objecto crimes de fraude fiscal, um de 2016 e outro de 2018, prevê-se que, até ao final deste ano, o de 2016 esteja findo.

Cibercrime e Prova digital

A criminalidade cibernética assume pouco relevo na Procuradoria de Alijó.

Transitaram do período anterior 4 (quatro) inquéritos, entraram neste semestre apenas 2 (dois) inquéritos de burlas informáticas, foi findo 1 por despacho de arquivamento e transitaram para o período subsequente (5) cinco processos, sendo certo que apenas um deles corre termos há mais de oito meses.

É expectável que até ao fim do ano o número de processos findos seja igual ao número de processos entrados.

Violência de Género

Transitaram do período anterior 13 inquéritos, deram entrada neste semestre 19 (dezanove) e findaram 23 (vinte e três) processos.

Foram deduzidas duas acusações em processo comum e aplicada por duas vezes a suspensão provisória do processo.

Transitaram para o período seguinte 9 (nove) processos, tendo oito deles sido registados no ano de 2019.

Apenas se encontrava pendente um processo há mais de oito meses (registado em 2018), cujo o atraso se deve à circunstância de ofendida e arguido residirem no estrangeiro.

O Magistrado do Ministério Público tem garantido uma efectiva direcção do inquérito, sendo ele quem procede à inquirição da ofendida e ao interrogatório do arguido.

Recuperação de Activos.

Neste semestre não foi requerida a intervenção do GRA por não se ter justificado.

No entanto, nas acusações tem sido feita, sempre que possível, a liquidação das vantagens ilícitas obtidas pelos arguidos.

Direitos das Crianças e Jovens em Especial a Abordagem à Delinquência Juvenil

Do período anterior transitaram 4 (quatro) processos administrativos relacionados com a jurisdição de Família e Menores, entraram neste semestre, mais 8 (oito) processos administrativos relativos a esta jurisdição, findaram 12 (doze) processos da mesma natureza, não tendo transitado nenhum para o período seguinte.

Seis desses processos diziam respeito a promoção e protecção, um a regulação das responsabilidades parentais e outro a incumprimento das responsabilidades parentais.

No mesmo período foram instauradas duas regulações das responsabilidades parentais, dois incidentes de incumprimento das responsabilidades parentais e requereu-se a abertura da fase jurisdicional do processo de promoção e protecção uma vez.

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Trimestralmente o Magistrado do Ministério Público tem procedido à fiscalização da actividade processual da CPCJ de Alijó, tendo já participado numa reunião da comissão alargada da mesma CPCJ.

Os contactos com as técnicas da CPCJ de Alijó têm sido frequentes, quer por telefone, quer em reuniões no Tribunal com Magistrado do Ministério Público, nas quais solicitam esclarecimentos sobre determinadas temáticas.

No que concerne aos inquéritos tutelares educativos, no primeiro semestre de 2019 foi registado um inquérito e findaram três, tendo ficado pendente apenas um inquérito.

Adultos Especialmente Vulneráveis

Neste semestre deram entrada seis processos administrativos relacionados com o acompanhamento de maior e findaram o mesmo número de processos, tendo sido instauradas seis acções de acompanhamento de maior.

No mesmo período deram entrada seis inquéritos de violência doméstica praticados contra pessoas idosas, tendo findado nove processos.

Interesses Difusos e Colectivos

Não se verificou a necessidade de instaurar acções ou providências com vista a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos.

Articulação da intervenção do Ministério Público

Uma vez que o Magistrado do Ministério Público assegura a representação do MP em julgamento e a tramitação dos processos de inquérito, bem como dos processos de jurisdição de família e menores, não existem problemas de articulação.

Constrangimentos

O principal constrangimento diz respeito à falta de capacidade de resposta da Polícia Judiciária, por carência de meios humanos. O mesmo se passa com outros OPC, o que se repercute no atraso nas investigações dos crimes mais complexos, em especial da criminalidade económica-financeira, comprometendo os objectivos definidos para esta área.

Cumprimento dos objectivos fixados para o ano judicial de 2019

A generalidade dos objectivos fixados para o ano de 2019 tem sido ou prevê-se que venha a ser alcançada.

Apenas na área da criminalidade económico-financeira não foi possível reduzir a pendência destes inquéritos, pelo que dificilmente, atentas as razões já expostas, se conseguirá, até ao final do ano, alcançar os objectivos fixados para esta área.

XII – Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua (Juízos Locais Cível e Criminal de Peso da Régua a partir de 23 de Abril de 2019)

No 1.º Semestre de 2019, o Juízo de Competência Genérica de Peso da Régua teve competência cível, criminal e comércio.

O quadro de Magistrados esteve preenchido com dois Juízes de Direito e duas Procuradoras-adjuntas.

Os inquéritos e demais processos da Procuradoria são distribuídos pelas duas Procuradoras-Adjuntas equitativamente.

O serviço dos Juízos Locais Cível e Criminal está distribuído por números de processos, estando atribuídos a uma das Procuradoras-Adjuntas os processos com números pares e a outra os processos com números ímpares.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

O Palácio da Justiça de Peso da Régua não oferece as condições mínimas de conforto e de funcionalidade estando a necessitar de obras urgentes, o que estará para breve.

Não há sistema de segurança do edifício, o mobiliário é obsoleto e os espaços destinados ao Ministério Público são exíguos, insuficientes e inadequados. Falta equipamento necessário ao bom desempenho das funções, designadamente equipamento informático adequado na sala onde se procede à inquirição de testemunhas e interrogatório de arguidos.

Na Procuradoria exercem funções um Técnico de Justiça-adjunto e um Técnico de Justiça auxiliar, sendo necessário prover o quadro com mais um funcionário.

Por via disso, verifica-se uma grande desorganização dos Serviços da Procuradoria, para o que também contribuiu a constante mudança de funcionários e o facto de uma funcionária ter estado de baixa por doença, por vários períodos prolongados.

Prevê-se para breve resolver este problema, para o que estão a ser equacionadas soluções no âmbito do Conselho de Gestão.

O movimento processual foi o seguinte:

Inquéritos:

Transitaram do período anterior 266 inquéritos, entraram neste 1º semestre 257 inquéritos, dos quais 99 contra desconhecidos, tendo sido movimentados 523 inquéritos.

Findaram 311 inquéritos, tendo transitado para o período seguinte 190 em que não se incluem os processos suspensos provisoriamente.

Dos 311 inquéritos findaram 74 por Acusação, das quais 2, em Tribunal Colectivo, 57 em Tribunal Singular, 0 em processo abreviado, 1 em processo sumaríssimo, 3 com aplicação do artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, 11 com acusação particular, 237 por Arquivamentos (dos quais 97 contra desconhecidos), 22 com decisão de suspensão provisória do processo e 26 foram findos por outros motivos.

Medidas de coação privativas da liberdade aplicadas em inquérito: não foram aplicadas.

Resultado das suspensões provisórias do processo:

No âmbito dos inquéritos foi aplicada a suspensão provisória do processo em 22 processos, tendo sido arquivados 23 (por cumprimento das injunções) e 1 prosseguiu com acusação.

Instrução:

Foi requerida em 5 processos pelo arguido e em 2 processos pelo assistente, tendo sido movimentadas 7, sendo que 3 terminaram com despacho de pronúncia, 1 com despacho de não pronúncia e 1 por desistência de queixa.

Julgamento Penais:

Processo sumário:

Foram recebidos 29 autos de notícia por detenção em flagrante delito, dos quais 12 foram remetidos para julgamento em processo sumário, 1 acusado em processo Abreviado, 1 acusado em processo sumaríssimo e 1 acusado em tribunal singular e 14 foram suspensos provisoriamente.

Processos penais na fase de julgamento:

Foram efectuados 80 julgamentos em tribunal singular, dos quais 51 com acusação total ou parcialmente procedente, correspondendo a uma taxa de procedência de 63,75%, 8 terminaram com absolvição e 20 por outros motivos.

Entraram 12 processos acusados em processo sumário, que terminaram com 12 condenações.

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Entrou 1 processo acusado em processo abreviado, que terminou com condenação.
Entraram 3 processos acusados em processo sumaríssimo, que terminaram todos com condenação.

Recursos Penais:

O Ministério Público interpôs 1 recurso e respondeu a 10.

Recuperação de ativos e Gabinete de administração de bens: Não houve qualquer pedido de intervenção.

Internamentos compulsivos:

Entraram 3 processos de internamento compulsivo, foram movimentados 5, sendo que 3 foram findos e 2 transitaram para o semestre seguinte.

Recursos de impugnação judicial em processos de contra-ordenação:

Foram apresentados em juízo 6 recursos de impugnação judicial em processos de contraordenação e findaram 4 por sentença.

Destes, 4 foram providos, tendo transitado 2 para o semestre seguinte.

Área Cível:

Foram movimentadas 57 ações, tendo entrado 9 ações de Interdição e acompanhamento de maiores. Findaram 44. Foram declaradas procedentes 40, por inutilidade 1, tendo 16 transitado para o semestre seguinte.

Não foram instauradas ou contestadas ações relativas ao contencioso patrimonial do Estado.

Foi apresentado 1 recurso e apresentadas 2 respostas na área cível.

Execuções:

Na área cível foram instauradas 14 execuções por custas/multas/coimas, no valor de 8.273,54€.

Na área penal foram instauradas 7 execuções por custas/multas/coimas, no valor de 3.299,45€.

Comércio:

Insolvências

Entraram 5 processos de insolvência, vieram 3 do período anterior, tendo sido movimentados 8. Findaram 7 e transitou para o período seguinte 1.

Foram reclamados créditos pelo Ministério Público no valor de € 38.266.09.

Movimento de processos especiais de revitalização

Entraram 0, vinha 1 do período anterior 1, foi movimentado 1, findou 1 e não transitou nenhum para o período seguinte.

Não foram reclamados créditos pelo Ministério Público.

Ações de Verificação Ulterior de Créditos

O Ministério Público instaurou 5 ações de Verificação Ulterior de Créditos.

Não foram interpostos recursos, nem apresentadas respostas pelo Ministério Público.

Processos Administrativos:

Foram instaurados 60 processos administrativos, 39 dos findaram e 74 transitaram para semestre seguinte.

Foram instaurados 9 processos para acompanhamento de ações.

Atendimento ao Público:



PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Foram efetuados 8 atendimentos, que deram origem a 8 fichas, 3 das quais foram remetidas à Procuradoria do Tribunal de Família e Menores de Vila Real, 1 deu origem a processo administrativos e 1 foi arquivada.

O atendimento ao público é feito pelas Magistradas e as fichas registadas no CITIUS.

São frequentes os contactos das Magistradas do Ministério Público com os OPCs, principalmente com os três postos da G.N.R., para uniformizar procedimentos.

Dado que a GNR-NIAVE de Vila Real demorava algum tempo a finalizar os inquéritos de violência doméstica, a investigação dos processos de violência doméstica, na grande maioria, é efetuada pelo Ministério Público, ainda que com a colaboração da G.N.R..

Síntese da avaliação do cumprimento dos objetivos fixados para o ano de 2019

Apesar dos constrangimentos acima referidos, os objectivos têm vindo a ser cumpridos na sua generalidade, à excepção do recurso ao Gabinete de Recuperação de Activos, e também no que diz respeito à investigação dos crimes de corrupção, criminalidade económico-financeira e cibercrime, pela falta de capacidade de resposta da Polícia Judiciária, decorrente da carência de meios humanos.

*

C- Estado Geral do Cumprimento dos Objectivos:

Os objectivos estabelecidos para a comarca foram na sua generalidade atingidos e os que não o foram poderão vir a sê-lo até ao final do ano.

Particular enfoque na área de família e menores onde têm vindo a ser conseguidos os objectivos de incremento da interlocução com as CPCJs e do controle da sua actividade processual, embora muito ainda tenha de continuar a ser feito.

Por outro lado, houve melhorias muito significativas na articulação entre os magistrados das várias jurisdições.

Houve um esforço de maior controle das investigações por parte do Ministério Público, designadamente no âmbito dos inquéritos de violência doméstica e de corrupção e afins de criminalidade económico-financeira.

Contudo, é necessário apostar na finalização dos processos mais antigos.

Há, contudo, constrangimentos relacionados com a falta de meios humanos, sobretudo em Chaves, onde falta um funcionário e é necessário mais um Procurador-adjunto, em Peso da Régua, onde falta também um funcionário, em Vila Pouca de Aguiar onde falta o apoio de mais um Procurador-adjunto ainda que em acumulação, e em Vila Real onde faltam 2 Procuradores da República em efectividade de funções (um para o Juízo do Trabalho e outro para o Juízo de Comércio) e um Procurador-adjunto para fazer face à complexidade de processos que aqui estão a ser tramitados, o que tem contribuído decisivamente para que a prestação funcional não possa melhorar ainda mais e a justiça não se torne em Vila Real mais célere, mais eficaz e de maior qualidade.

Impõe-se, por isso, que no próximo movimento de Magistrados sejam colocados em Vila Real, os seguintes Magistrados, para além daqueles que venham preencher lugares que resultem do movimento:

Vila Real – Juízo do Trabalho	1 Procurador da República
Vila Real – Juízo do Comércio	1 Procurador da República
Vila Real – Juízo Local Criminal/Inquéritos	1 Procurador-adjunto
Chaves e Vila Pouca de Aguiar/Inquéritos	1 Procurador-adjunto



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Na verdade, o Mapa V do ROFTJ prevê, actualmente, para a Comarca de Vila Real o seguinte número de magistrados:

Procuradores da República: 7 a 8;

Procuradores-adjuntos: 13 a 15.

Estão colocados actualmente na Comarca:

Procuradores da República: 6 (sendo 1 do Quadro Complementar), menos 2 que o mínimo sem o quadro complementar;

Procuradores-adjuntos: 13 (sendo 1 do Quadro Complementar), menos 1 que o mínimo sem o quadro complementar.

Contudo, **do lado na magistratura judicial**, para a Comarca de Vila Real, prevê-se um quadro entre 23 e 26 Juízes, e, durante o 1.º semestre de 2019 estiveram colocados 23 juízes, sendo 2 como Juízes auxiliares.

Ou seja, enquanto no Ministério Público estiveram colocados magistrados abaixo do mínimo do quadro (19, num mínimo global de 20), **na magistratura judicial tem um número de magistrados correspondentes ao mínimo** do respectivo quadro (sendo que no ano judicial de 2018 o superou e se aproximou do máximo), o que tem repercussão no agendamento de actos a que o Ministério Público tem de estar presente e no despacho dos processos em que o Ministério Público promove, retirando tempo ao Ministério Público para a prática dos actos próprios desta magistratura.

Contudo, apesar dos problemas relacionados sobretudo com a falta de meios humanos e materiais e a falta de capacidade de respostas dos OPCs, sobretudo da Polícia Judiciária, houve já neste 1.º semestre uma grande aproximação aos objectivos propostos para o ano.

Importa melhorar ainda mais a articulação dos magistrados, melhorar o controle das decisões judiciais, findar ainda mais processos antigos, fazer uso do recurso ao Gabinete de Recuperação de Activos, incrementar os pedidos de perda de vantagens nas acusações, resolver o problema da organização do Serviço de apoio às Magistradas do Ministério Público em Peso da Régua.

O presente relatório semestral vai ser apresentado para aprovação no Conselho de Gestão desta Comarca, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 101.º, n.º 1, alínea b) e 108.º, n.º 2, alínea a) da LOSJ.

Vila Real, 23 de Setembro de 2019

O Magistrado do Ministério Público Coordenador

Carlos José do Nascimento Teixeira